

As neurociências ensinando modos de ser homem e mulher em revistas de divulgação científica

Joanalira Corpes Magalhães¹ e Paula Regina Costa Ribeiro²

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: joanaliracm@yahoo.com.br

²Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Rio Grande, RS, Brasil. E-mail: pribeiro@vetorial.net

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a rede de discursos das neurociências presente em revistas de divulgação científica, as quais vêm produzindo significados e diferenças sobre as questões de gênero. Este estudo fundamenta-se em posicionamentos que utilizam o conceito de gênero como uma construção sócio-histórica produzida sobre as características biológicas. Os artigos analisados vêm trazendo, em seus discursos, as diferenças entre os gêneros relacionadas às questões cerebrais, genéticas e evolutivas, que justificariam as distinções/diferenciações de comportamento, aptidão, habilidades e padrões cognitivos entre mulheres e homens. Tais revistas de divulgação científica vêm realizando uma pedagogia, num investimento que reitera identidades e práticas hegemônicas, enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas.

Palavras-chave: gênero, neurociências, pedagogias culturais.

Title: The neurosciences teaching ways to be man and woman in journals of scientific dissemination

Abstract: This article aims to analyze the network of neurosciences speeches in journals of scientific dissemination, which are producing meanings and differences on the issues of gender. This study is based on positionings that use the concept of gender as a socio-historical construction produced on the biological characteristics. The analyzed articles come bringing in their speeches the differences between the genders related to the brain, genetics and evolutive issues that would justify the distinctions/differentiation of behavior, ability, skills and cognitive patterns between women and men. Such journals of scientific dissemination have been performing a pedagogy, making an investment reiterating hegemonic identities and practices while subordinates, denies or refuses other identities and practices.

Keywords: gender, neurosciences, cultural pedagogies.

Introdução

As diferentes instituições, os discursos, os códigos, as práticas educativas, as leis e as políticas de uma sociedade são espaços constituídos e atravessados pelas representações de gênero e, ao mesmo tempo, também produzem, expressam e/ou (re)significam tais representações

(Louro, 2004; Scott, 1995). Nesse sentido, desde a mais tenra idade, vamos aprendendo a ser homem e a ser mulher, através de múltiplos processos, estratégias e práticas culturais estabelecidas, primeiramente pela família e, depois, pelas diferentes instâncias sociais como escola, mídia, religião, entre outras.

Em nossos estudos, temos discutido como determinados campos de saber – Biologia, Medicina, Neurociências, Psicologia – e certas pedagogias culturais – revistas de divulgação científica – vêm interpelando os sujeitos, (re)afirmando diferenças e posicionamentos sociais entre homens e mulheres. Sendo assim, este artigo tem como objetivo analisar a rede de discursos presente em revistas de divulgação científica publicadas no Brasil, as quais vêm produzindo significados e diferenças sobre as questões de gênero.

Este estudo fundamenta-se a partir dos campos teóricos dos Estudos Culturais e de Gênero, pelo viés de suas vertentes pós-estruturalistas. Os Estudos Culturais constituem-se em um campo de teorização, investigação e intervenção que estuda os aspectos culturais da sociedade. Têm sua origem a partir da fundação do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, na Universidade de Birmingham, Inglaterra, em 1964.

Nessa perspectiva, gênero refere-se a um conceito, inicialmente elaborado por feministas anglo-saxãs, a partir do início da década de 70, as quais buscavam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo (Scott, 1995). A utilização dessa expressão tinha como proposta negar o determinismo biológico presente no termo sexo. Neste trabalho, entendemos determinismo como a “tendência a atribuir um peso e um grau exagerados à determinação que um certo fenômeno exerce sobre outro, dependendo de qual fator se considera determinante, pode-se falar em determinismo biológico, determinismo econômico, determinismo tecnológico etc.” (Silva, 2000, p. 39). De acordo com Weeks (2001), sexo refere-se às diferenças anatômicas básicas, internas e externas do corpo, que diferenciam homens e mulheres. Já o termo gênero descreve a diferenciação social entre homens e mulheres. As feministas buscaram, então, demonstrar que a feminilidade e a masculinidade não são constituídas propriamente pelas características biológicas, mas, sim, por tudo que se diz ou representa a respeito dessas características (Louro, 2001).

Por esse viés, entendemos os gêneros como construções sócio-históricas produzidas sobre as características biológicas (Louro, 2000), produto e efeito de relações de poder. Contudo, ao enfatizarmos o caráter construído dos gêneros, não estamos negando a materialidade biológica dos corpos, mas, sim, buscando problematizar as representações que se apóiam nas características biológicas para justificar diferenças, desigualdades e posicionamentos sociais.

Cabe destacarmos que utilizamos poder numa perspectiva foucaultiana, ou seja, como uma relação de ações sobre ações – algo que se exerce, que se efetua e funciona em rede. Nessa rede, os indivíduos não só circulam, mas estão em posição de exercer o poder e de sofrer sua ação e, conseqüentemente, de resistir a ele (Foucault, 2006).

Da mesma forma que o conceito de gênero amplia sua concepção para além do caráter estritamente biológico, enfatizando seu caráter cultural, o conceito de pedagogia cultural também procura ampliar a noção de educação para além da escolar. O termo pedagogia cultural supõe que a educação ocorra numa variedade de áreas sociais, incluindo, mas não se limitando à escolar. Áreas pedagógicas são aqueles lugares onde o poder é organizado e difundido, incluindo-se bibliotecas, TV, cinemas, jornais, revistas, brinquedos, propagandas, videogames, livros, esportes, etc. (Steinberg, 2001, p.14).

Assim como a educação, as outras instâncias culturais – mídia, família, religião, revistas, entre outras – também têm uma pedagogia, também transmitem algo (Silva, 2004), ensinam conhecimentos, valores e habilidades. Para Giroux e Maclaren (1995), existe pedagogia em qualquer lugar onde o conhecimento é produzido, em qualquer lugar em que existe a possibilidade de traduzir a experiência e construir “verdades”, mesmo que essas “verdades” pareçam irremediavelmente redundantes, superficiais e próximas ao lugar comum. As pedagogias culturais estendem-se a diferentes práticas que, ao produzirem e compartilharem determinados significados ensinam configurando tipos particulares de identidades e de subjetividades (Ribeiro, 2002). Tais pedagogias culturais produzem valores e saberes, regulam condutas e modos de ser, fabricam identidades e representações, e constituem certas relações de poder (Sabat, 2001). Sendo as representações, na perspectiva dos Estudos Culturais – nas vertentes pós-estruturalistas – não um espelho da realidade, ou seja, o mundo “real” tal como ele é em sua “essência”, mas, sim, entendida, neste contexto, como um modo de produzir significados na cultura através da linguagem (Silva, 2003).

Dessa perspectiva, ao analisarmos tais pedagogias – no caso deste artigo, revistas de divulgação científica – vamos procurar ver na rede de discursos como essas vêm apresentando e constituindo as identidades de gênero.

Cabe salientar o entendimento de discurso que trazemos neste estudo. Empregamos o termo discurso na perspectiva do filósofo francês Michel Foucault. Para Foucault (2005), o discurso

[...] não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse, mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (p. 54)

Os discursos, na perspectiva foucaultiana, são um conjunto de enunciados que se apóiam em formações discursivas e que são definidos em um determinado quadro de condições de existência. Nesse sentido, os

discursos não descrevem simplesmente objetos e, sim, produzem os objetos sobre os quais falam. Nessa perspectiva, o importante não é defrontarmos o discurso e o objeto ao qual se refere, mas, sim, examinarmos quais são seus efeitos de verdade, ou seja, determinar como eles são tomados como verdades.

Para este estudo, utilizamos duas edições da revista *Viver, Mente e Cérebro Scientific American* – dos anos de 2005 e 2007 – e uma edição da revista *Scientific American Brasil*, de 2006.

A edição de 2005 da revista *Viver, Mente e Cérebro* é uma edição especial intitulada "*Diferenças entre os sexos muito além dos fatores culturais, a diversidade entre homens e mulheres é inata*". Os artigos que compõem esta edição são: "Velhos clichês, nova realidade" e "O poder feminino", de Ulrich Kraft; "Diferentes desde o nascimento", de Hartwig Hanser; "Questão de simetria", de Marcus Hausmann; "Os cinco sexos do cérebro", de Paola Emilia Cicerone.

A edição de 2007 desta revista, intitulada "*A Trégua dos sexos: bases neurais, cognitivas e hormonais determinam divergências e convergências entre homens e mulheres*", também é uma edição especial composta pelos artigos: "O poder dos hormônios", de Doreen Kimura; "Coisas de mulher" e "Engrenagens do cérebro masculino", de Simon Baron-Cohen; "Orgasmo: dez segundos de êxtase", de Jonatham Margolis; "Entre iguais", de Suzana Herculano-Houzel; "Arquitetura da diversidade", de Larry Cahill; "O corpo e a cultura", de Cláudia Vianna e Daniela Finco; "Meninos e meninas", de David Dobbs; "Na sala de aula", de Laura Battaglia Pires Cavalcanti; "Quem mente mais?", de Ulrich Kraft; "A dança do ciúme", de Chistine R. Harris; "Intrigas e agressões", de Gerhard Roth, Monika Lück e Daniel Strüber; "O masculino e o feminino na perversão", de Leandro Alves Rodrigues dos Santos; "Desafios do tempo", de Joel Rennó Jr.

A revista *Scientific American*, 2006, destaca, na capa, "*Cérebro de mãe: maternidade fortalece memória e aprendizado em fêmeas de mamíferos*", trazendo o artigo intitulado "Sabedoria de mãe", de Craig Howard Kinsley e Kelly Lambert.

Os seguintes aspectos foram destacados e discutidos na análise dos artigos:

- a) Os textos e imagens que compõem as capas das revistas.
- b) Quem realiza as pesquisas: homens ou mulheres?
- c) Quem são os/as profissionais que escreveram os artigos?
- d) Em que locais são realizadas tais pesquisas?
- e) Que discursos são apresentados sobre o cérebro de homens e mulheres?

Para discussão, destacamos fragmentos dos artigos e a imagem das capas das revistas.

Justificamos a utilização de revistas de divulgação científica como *corpus* de análise deste artigo pelo fato destas constituírem-se como uma pedagogia cultural que nos ensina modos de viver e perceber o mundo, bem como uma relevante ferramenta didático-pedagógica no ensino de

Ciências e Biologia. Neste sentido, o uso de diferentes artefatos – por exemplo, revistas em quadrinhos, vídeos, documentários e entre estes as revistas de divulgação científica – possibilitam à/ao professora/professor problematizar as diferentes representações e significados atribuídos ao corpo que circulam em nossa sociedade. Na formação inicial de licenciandos/as de Ciências e Biologia esses artefatos culturais também tem sido objeto de discussão possibilitando ampliar o entendimento de que vários são os espaços formais e não formais que possuem uma pedagogia, para Silva “tal como a educação, as outras instâncias culturais também são pedagógicas, também têm uma ‘pedagogia’, também ensinam alguma coisa” (2004, p. 139), ou seja, não são apenas artefatos de informação ou entretenimento, mas formas de conhecimento que interpelaram os sujeitos.

Analisando e discutindo os discursos presentes nas revistas de divulgação científica

Em um primeiro momento, analisamos as capas de cada uma das revistas, a biografia da/o autora/autor, colocada ao final de cada artigo, e observamos se os autores de tais artigos eram homens ou mulheres.

A edição de 2005 da revista *Viver, Mente e Cérebro* traz a imagem de um homem e de uma mulher com cérebro na cor azul e rosa, respectivamente (Figura 1). Em uma primeira análise, podemos perceber as cores sendo utilizadas como marcadores de gênero. Se mulheres e homens são produzidos socialmente, entende-se que os gêneros são feitos a partir ou através de múltiplos discursos, símbolos, regras, representações e marcadores, como, por exemplo, as cores (Louro,2001a). Segundo Silva e Ribeiro (2006, p. 02), “antes mesmo do nascimento mães e pais se utilizam de uma série de artifícios para marcar a identidade” de sua/seu filha/filho, como, “a escolha do enxoval do bebê – que prioriza a cor azul para os meninos e a cor rosa para as meninas”. Essas estratégias buscam, de alguma maneira, apontar o que se espera para as meninas e para os meninos, de acordo com as normas estabelecidas no contexto social e cultural.



Figura 1.- Capa da revista *Viver, Mente e Cérebro* do ano de 2005.

Nesta edição, dos cinco artigos publicados na revista, apenas um deles tinha autoria feminina. Dentre os autores, todos eles estrangeiros, havia um médico, doutores em psicologia e bioquímica, um deles trabalha em um

renomado instituto de neurociência cognitiva em uma universidade alemã, e alguns também atuam como colaboradores de uma conceituada revista internacional.

Foi visto que somente na descrição de um dos autores aparece a seguinte frase: *Richard, seu filho de três anos, é fascinado por automóveis, não se interessa por bonecas e faz questão de lutar todas as tardes com o papai.* (Hanser, 2005, p. 36). Essa colocação parecia respaldar o que esse autor havia escrito em seu artigo, que tratava justamente de explicar que as diferenças entre homens e mulheres são dadas desde o nascimento, não tendo nenhuma conexão com diferenças na educação de ambos.

Evidenciamos, também, o fato de que a única autora a ter seu artigo ali publicado tinha apenas a descrição “é jornalista” em sua biografia (Cicerone, 2005, p. 53). No entanto, a autora descreve, em seu artigo, o trabalho de um psicólogo inglês, ou seja, um estudo produzido por um homem.

Na edição de 2007, na capa há a imagem do rosto de um homem e de uma mulher, como se suas faces se complementassem, porém ainda marcados pelas cores azul e rosa (Figura 2).

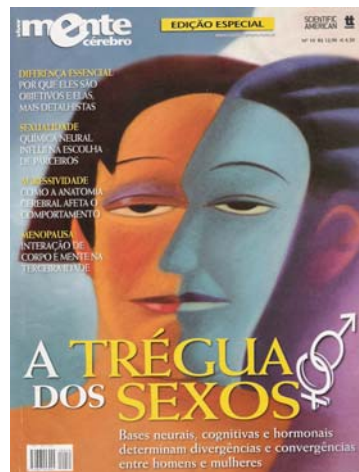


Figura 2.- Capa da revista Viver Mente e Cérebro do ano de 2007.

Dos quatorze artigos publicados nesta edição, nove eram de autoria masculina e o restante de autoria feminina. Dentre os autores, sendo seis deles estrangeiros, havia professores de universidades brasileiras e do exterior, diretores de centros de pesquisa, jornalistas colaboradores de conceituados periódicos ingleses ou especialistas em temas da ciência, medicina e cultura, médico, psicanalista e psiquiatra. Dentre as autoras, sendo duas estrangeiras, havia professoras de universidades brasileiras e do exterior, membros de renomados institutos e neurocientista. As/os co-autoras/es eram doutorandas/os e colaboradoras/es de Ligas Científicas.

Podemos perceber que, embora nesta edição existisse um número maior de artigos de autoria feminina, a maioria deles não estava diretamente relacionada a estudos sobre os aspectos anatômicos do cérebro, mas, sim, as questões como sentimentos, emoções e comportamentos de homens e mulheres.

Na capa da revista Scientific American Brasil, de 2006, observamos a imagem de uma mulher grávida com feixes de luz saindo de sua barriga e de seu cérebro (Figura 3), procurando demonstrar as mudanças e ligações que ocorrem durante a gestação, tema, este, que o artigo da revista discute.



Figura 3.- Capa da revista Scientific American do ano de 2006.

O artigo publicado, referente à maternidade, nesta revista, tinha como autores um homem e uma mulher, estrangeiros e professores de neurociência em uma universidade do exterior.

Em nosso estudo, analisamos texto e imagem, pois a relação entre esses elementos torna-se importante, na medida em que esses são indissociáveis na (re)produção de representações culturais (Sabat, 2001). No caso das revistas analisadas, as imagens procuram, em certa medida, reforçar e destacar o que vem sendo colocado em cada artigo publicado.

Outro aspecto a ser problematizado é esse maior número de publicações de estudos produzidos por homens nas revistas analisadas o que pode evidenciar o quanto, no campo científico, ainda existem diferenciações entre pesquisadoras e pesquisadores. Desde que começou a se institucionalizar a produção do conhecimento dentro do âmbito acadêmico no início do século XX, na prática das Ciências as mulheres não figuram como protagonistas do avanço científico e tecnológico (Graña, 2006). De acordo com Bonder (*apud* Graña, 2006, p. 96), os homens constituem o centro de uma cosmologia que mostra a ciência como uma prática viril ativa e racional dirigida para o domínio da “mãe natureza”, considerada passiva, emocional e carnal.

Las científicas se sienten marginadas de los ámbitos de decisión constituidos por hombres, que resuelven sobre las orientaciones de la investigación, asignan tareas y recursos, deciden qué se publica. Ellas publican menos y lo hacen en revistas de menor categoría, lo que constituye al mismo tiempo la causa y el efecto de un menor status científico. (Graña, 2006, p. 110)

Além disso, notamos que a pequena biografia de cada autora/autor, citada em todas as revistas analisadas, parece indicar que aquela/e pesquisadora/pesquisador detém uma certa autoridade e legitimidade sobre o assunto. Segundo Fischer (2001), há uma espécie de lei de “propriedade dos discursos”, ou seja, só alguns têm o direito de falar com autoridade

sobre, neste caso, as diferenças cerebrais entre homens e mulheres. Para Foucault (2006a), ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo.

Ao analisarmos a rede de discursos presente nessas revistas, elencamos alguns dos discursos que mais se destacaram:

- a) Discurso das diferenças de comportamento, aptidão, habilidades e padrões cognitivos entre os gêneros.
- b) Discurso da maternidade.
- c) Discurso do comportamento sexual e preferências sexuais.

A. Discurso das diferenças de comportamento, aptidão, habilidades e padrões cognitivos entre os gêneros.

Os artigos analisados neste trabalho trazem, em seus discursos, as diferenças entre mulheres e homens relacionadas ao funcionamento do cérebro, focando nesse órgão a origem das distinções/diferenciações entre os sexos. É importante destacarmos que estamos utilizando o termo "sexo" como o termo descritivo para as características anatômicas, internas e externas, que diferenciam homens e mulheres. Embora essas distinções anatômicas sejam geralmente dadas no nascimento, os significados que damos a elas são históricos e culturais (Weeks, 2001).

Nessas pedagogias, destacam-se alguns fragmentos:

A tendência nítida encontrada foi que, em geral, as mulheres são superiores aos homens em testes verbais, ao passo que estes se saem melhor nas tarefas relativas à orientação espacial. (Hausmann, 2005, p. 41)

O cérebro feminino é, em média, de 10 a 15% menor do que o masculino, e bem mais leve [...] o córtex cerebral feminino possui cerca de 3,5 bilhões de neurônios a menos do que o masculino. (Hausmann, 2005, p. 42)

[...] o típico comportamento masculino de impor-se aos demais, manifestado claramente desde a idade pré-escolar, representa apenas o produto de uma história evolutiva em que os homens disputam incessantemente as parceiras sexuais disponíveis. (Hanser, 2005, p. 35)

Homens e mulheres pensam de modo diferente? Há muito tempo os cientistas cognitivos dizem que sim. Agora, dispõem de dados biológicos também: quando se trata de dividir as tarefas entre os hemisférios esquerdo e direito do cérebro, ela faz diferente dele. (Hausmann, 2005, p. 43)

Sabemos, por exemplo, pela observação tanto de humanos quanto de não humanos, que os machos são mais agressivos e, quando jovens, fazem brincadeiras mais violentas que as fêmeas. (Kimura, 2007, p. 7)

A partir desses fragmentos, podemos perceber o caráter essencialista dos discursos neurocientíficos, que atribuem às distinções anatomofisiológicas entre o cérebro de mulheres e homens a justificativa das diferenças de comportamento, aptidão, habilidades e padrões cognitivos. Homens e

mulheres são considerados biologicamente distintos e as suas relações decorrem dessa distinção (Louro, 1998), ou seja, as diferenças entre os gêneros são consideradas como algo dado pela natureza, da essência do sujeito. No entanto, para a autora, na medida em que o conceito de gênero afirma o caráter social do feminino e do masculino, pretende-se afastar proposições essencialistas sobre os gêneros, a ótica fica voltada para um processo, para uma construção, e não para algo como dado *a priori*.

Um dos artigos publicados reforça a questão de que meninos e meninas são diferentes desde o nascimento e para isso relata experiências realizadas em escolas alternativas da Alemanha e de Israel, que tinham o objetivo de uma educação completamente unissex e, com isso, impedir o surgimento de atributos sexuais preestabelecidos. Segundo Hanser (2005), observou-se que, nessas escolas, tanto meninos quanto meninas continuavam a desenvolver preferências costumeiras por brinquedos "masculinos" e "femininos", respectivamente, e que as mulheres ali educadas exigiam o direito de cuidar de seus filhos em casa e resistiam ao ideal de igualdade absoluta. Conforme os pesquisadores, essa experiência possibilitou afirmar que as distinções comportamentais entre os sexos são determinadas por fatores biológicos, não sendo completamente definidas pela educação: *As pré-escolas alternativas pretendiam derrubar os estereótipos sexuais, mas a natureza foi mais forte.* (Hanser, 2005, p. 35).

Esses estudos neurocientíficos sugerem que o gênero encontra-se inscrito na anatomia do sujeito, numa determinada região do cérebro, pré-existindo uma normalização na conduta de meninos e meninas (Meyer, 2003). Espera-se, então, que essas "marcas naturais" expressem a subjetividade e a identidade dos indivíduos. Ribeiro e Soares destacam que:

Em cada sociedade, o ser "menino" ou "menina", é transmitido às crianças desde o nascimento, pelas práticas culturais estabelecidas num primeiro momento pela família e depois pelas diferentes instâncias sociais como a escola, a igreja, o clube, a mídia. Instituem-se aí, as estereotípias de gênero [...] Meninos são fortes, jogam bola, usam roupa azul. Meninas são carinhosas, brincam de casinha, de boneca, usam roupa rosa, por exemplo. (2007, p. 27) [grifos das autoras]

Neste sentido, cabe (re)pensarmos sobre como meninas e meninos, ao transitar em diferentes instâncias e espaços sociais, vão sendo interpelados aprendendo a se reconhecer com determinadas características e aprendendo quais são seus distintos lugares por meio de práticas e ações. A escola é uma dessas importantes instituições. Segundo Silva,

[...] o espaço escolar constitui-se como uma das instâncias de aprendizagem, que através de inúmeros discursos, práticas, símbolos, códigos, regras, tempos, arranjos arquitetônicos, saberes, institui o que cada um pode, ou não pode fazer. Estabelece o lugar de cada sujeito. [...] institui múltiplos significados, constitui distintos sujeitos, "fabricando" as identidades de gênero, [...]. (2007, p. 30) [grifos da autora]

Essa instituição imprime um ritmo, uma postura dos sujeitos por meio de um aprendizado eficaz, contínuo e discreto. De acordo com Louro (2005), meninas e meninos, jovens, mulheres e homens aprendem a incorporar gestos, movimentos, habilidades e sentidos e, ao mesmo tempo, elas e eles reagem, respondem, acatam e rejeitam.

Outro discurso que se destaca está relacionado às profissões e áreas em que homens e mulheres estão “biologicamente capacitados” para atuar. São atribuídas aptidões e habilidades distintas para cada gênero por estes apresentarem diferenças na anatomia e fisiologia cerebral. O excerto abaixo exemplifica tal colocação:

Profissões ligadas à engenharia e à metalúrgica exigem alta capacidade de sistematização, uma característica masculina. (Baron-Cohen, 2007, p. 25)

Todas as ciências utilizam como base a sistematização e, em geral, são dominadas por homens. (Baron-Cohen, 2007, p. 24)

Através destes excertos, podemos notar que determinadas áreas, como a das Ciências Exatas, são atribuídas como áreas de atuação dos homens, pois, segundo tais estudos, estes apresentam maior capacidade para efetuar raciocínio matemático, tridimensionalidade, sistematização, entre outras características. Já as mulheres – não só nessas pedagogias culturais, mas em outros diferentes espaços – são designadas à esfera privada, aos afazeres domésticos e, se estão fora desse ambiente, são lembradas em profissões que demandam o cuidado ou a educação, mas quase nunca a áreas como, por exemplo, as Ciências.

Segundo Araújo (1999), identifica-se a presença da maioria masculina na área de exatas; e de uma maioria feminina, nas demais áreas, principalmente em humanas. Em sua tese essa autora coloca que muitos estudos – que relacionam atitude e desempenho em matemática – realçam que as diferenças de gênero quanto a isso contribuem para essa diferenciação no desempenho, seleção de cursos e escolhas profissionais. Nesse sentido, Araújo (Ibidem) conclui que esta ênfase de que os homens apresentam um maior desempenho em matemática em relação as mulheres faz com que estes sejam mais motivados a procurar oportunidades e carreiras relacionadas às Ciências Exatas, ocorrendo ao contrário com as mulheres. Segundo Brito (1996), culturalmente foi sendo atribuída a idéia de que a habilidade verbal é uma característica feminina e a habilidade matemática é uma característica masculina. Assim, historicamente as Ciências sempre foram vistas como uma atividade de atuação dos homens, a que estariam “naturalmente” capacitados.

Além disso, cabe destacarmos que esse interesse em se definir o posicionamento social dos gêneros de acordo com suas características biológicas decorre desde séculos anteriores. Rohden (2001), em seu livro *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*, comenta sobre um trabalho realizado pela pesquisadora Londa Schiebinger que, ao estudar a descoberta das especificidades do esqueleto feminino, demonstra que na sociedade europeia do século XVIII – com o intuito de redefinir a posição da mulher – surgiram as primeiras representações do mesmo, o que, segundo ela, prova que os interesses da ciência não são arbitrários, mas incidem sobre partes do corpo politicamente significantes. Este seria o caso, na mesma época, da afirmação de que as mulheres têm um crânio menor, conseqüentemente menos capacidade intelectual e, portanto, menores condições de participar dos domínios do governo, comércio e ciência.

Esses discursos científicos ancoram-se na biologia dos corpos para designar os lugares e destinos sociais dos gêneros. Segundo Louro (2001a, p. 70), "as mulheres estariam destinadas ao mudo doméstico, à sensibilidade e às emoções", já os homens "ao mundo público, para as grandes decisões, para a razão e para o controle". Neste sentido, é importante pensarmos que não são propriamente as características biológicas dos indivíduos que definem seus lugares na sociedade, mas, também, fatores sócio-culturais, étnicos, da família, da escola, entre outros, que atuam na constituição dos sujeitos, nas diferenças da escolha da carreira profissional de homens e mulheres, nas crenças pessoais e na aprendizagem do que é permitido para cada gênero.

Em um dos artigos analisados, percebemos o discurso da mulher como aquela que apresenta a habilidade "natural" de mentir, que mente mais que os homens e que gosta de engendrar intrigas, conforme fragmento: *Garotas são mais hábeis para engendrar intrigas e manipular: sua inteligência social se desenvolve antes da dos meninos* (Roth et al, 2007, p. 78). Entendemos que os gêneros são social e historicamente constituídos, não podendo mais formar a base da crença de uma unidade "essencial". Para Haraway (2000), não há a situação "ser" mulher, trata-se de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis.

Neste sentido, salientamos que estamos entendendo a biologia enquanto uma construção cultural. Segundo Santos (2004), a partir das contribuições dos Estudos Culturais, aquilo que tomávamos como "natural" passou a ser visto e entendido como construções. Dona Haraway (*apud* Santos, 2000, p. 205) vê e analisa a biologia como um discurso, com uma história contingente, o que não significa que seus relatos sejam matéria de opinião ou meramente histórias. Por esse viés, estudar biologia seria ouvir as histórias que teriam sido apenas interpretadas pelos biólogos e que

[...] a biologia tem uma história que longe de ser natural é construída no tempo, tendo suas marcas, compreensões, valores... O natural da História Natural/da Biologia é uma narrativa, entretecida por outras histórias, que dá sentido e coerência ao mundo. Falar da biologia como narrativa passa por entender que as suas histórias produzem seres, materiais muito específicos e que a forma como se fala deles não só os descreve, mas os produz. (Santos, 2004, p. 254)

Entendê-la de tal forma implica, portanto, questionar as relações de poder que a constituem e que lhe dão um caráter "natural" e de "verdade".

B. Discurso da maternidade

A produção das masculinidades e feminilidades ocorre na relação dos sujeitos com a sociedade, com os discursos das ciências, com as pedagogias culturais, ou seja, vamos aprendendo a ser mulher, a ser homem, a ser mãe e a ser pai através de múltiplos artefatos e estratégias. Neste sentido, alguns discursos científicos vêm contribuindo para redimensionar e (re)significar a prática social da maternidade e assim produzir sujeitos genericados. (Scavone, 2004, p. 136)

Ao longo do tempo, diferentes discursos – políticos, econômicos, culturais e científicos – foram posicionando a mulher como aquela criatura generosa,

abnegada e instintivamente mãe, disposta a qualquer sacrifício por sua cria (Meyer, 2000). No entanto, ainda hoje podemos nos defrontar com alguns desses discursos. Para Scavone (2004), atualmente se (re)construiu a equação mulher–mãe, em que as tecnologias associadas aos diferentes discursos de gestão e promoção da saúde atuam no sentido da (re)significação da relação mãe-filho, gestação-feto. Isto pode ser evidenciado na edição da revista *Scientific American Brasil* – analisada neste trabalho – em que é apresentado um artigo sobre o estudo realizado com algumas fêmeas de mamíferos. Tal estudo tinha como objetivo analisar as modificações cerebrais e comportamentais ocorridas nessas fêmeas durante o período de gestação. Deste artigo destacamos alguns fragmentos:

A gravidez e a maternidade mudam a estrutura do cérebro das fêmeas de mamíferos, melhoram sua memória e capacidade espacial, tornando as mães mais atentas as suas crias e melhor preparadas para cuidar delas. (Kinsley e Lambert, 2006, p. 66)

As habilidades adquiridas pela maternidade também podem ajudar as mulheres no local de trabalho. (Kinsley e Lambert, 2006, p. 73)

O estudo sugere que as alterações cerebrais ocorridas nas ratas estudadas também ocorram nas mulheres, bem como considera os conceitos e práticas relacionadas à maternidade e aos cuidados maternos dados *a priori*. Contudo, entendemos, neste estudo, que estes últimos são construídos e estabelecidos no decorrer de um processo histórico. Já no século XVIII – com as representações do esqueleto feminino e a constatação de sua pelve maior – é atribuída à anatomia da mulher a destinação “natural” para a maternidade (Rohden, 2001).

Salvaro e Testoni evidenciam que:

A exaltação ao amor materno, sendo descrito como um vínculo “instintivo” e “natural” é um fato relativamente recente na história da civilização ocidental. Sua construção, pelos discursos médico, filosófico e político o tornou um “mito” e uma “função” da mulher. (2006, p. 03) [grifos do autor]

Conforme Moura e Araújo (*apud* Salvaro e Testoni, 2006, p. 03), esteve relacionada à concepção de maternidade a idéia subjacente de maternagem, como sendo esta uma função feminina por excelência, concernente à natureza da mulher.

O que podemos observar é que há uma centralidade na importância da mulher na gestação. De acordo com Schwengber (2008), reforça-se a noção de vínculo das mães como únicas, insubstituíveis e presentes todo o tempo numa relação que começa com a gravidez e que segue reforçada, de outras formas, ao longo da vida. Neste sentido, para a autora, podemos dizer que o processo da maternidade está estreitamente relacionado com o de construção de gênero, que “educar mulheres para se tornarem e viverem como grávidas está dentro desses processos que nos educam como sujeitos de gênero” (p. 09).

C. Discurso do comportamento sexual e preferências sexuais

Neste estudo, verificamos que as duas edições da Revista *Viver, Mente e Cérebro*, trazem artigos que tratam, em seus discursos, sobre o comportamento sexual de homens e mulheres, e sobre a

heterossexualidade, concebida como a regra normal para o relacionamento entre os indivíduos.

Há mais de 100 mil anos, o hormônio oxitocina nos faz querer ter sexo, nos apaixonar e viver a dois. (Margolis, 2007, p.34)

Mecanismos que atuam na vida intra-uterina e na puberdade podem determinar a base das preferências sexuais. (Herculano-Houzel, 2007, p.37)

[...] a preferência sexual é determinada biologicamente e ainda no útero – o que faz da homossexualidade uma variação, já que a maioria da população é heterossexual. (Herculano-Houzel, 2007, p.38)

[...] homens e mulheres que gostam de mulheres respondem ao feromônio feminino EST; já as mulheres e os homens que se sentem atraídos por homens têm o hipotálamo sensível ao feromônio masculino AND. (Herculano-Houzel, 2007, p.40)

Um dos artigos, da edição de 2005, traz um pequeno texto, intitulado "*O órgão sexual chamado cérebro: raízes da homossexualidade*" (Kraft, 2005, p.51), que destaca algumas hipóteses baseadas em estudos neurocientíficos acerca da origem da homossexualidade: *Localizaram-nas (raízes da homossexualidade) no hipotálamo, ou seja, região cerebral que controla impulsos tão elementares como a fome e o sono.* (Kraft, 2005, p.51)

Esse interesse em se comprovar cientificamente uma origem biológica da homossexualidade pode ser pelo fato dessa fugir à regra dita como normal, ou seja, da heterossexualidade concebida como "natural", como a biologicamente aceitável. Para Louro (1998), a análise do anormal, do diferente e do outro, das culturas de minoria, aparentemente desperta um interesse muito maior. Apesar de ser recorrente em pesquisas científicas, conforme destaca Menezes (2005), o estudo do comportamento homossexual traz, em si, a concepção de que haveria algo de errado no ser homossexual. Portanto, a investigação deveria deter-se sobre o que leva um indivíduo a ser homo, hetero ou bissexual, pois, ao se pesquisar apenas o comportamento homossexual, parte-se do princípio que o heterossexual seria a norma, de modo que o homossexual seria um desvio a ser explicado.

Para Caponi (2007), duas modalidades diferentes destacaram-se na formulação das explicações biológicas de condutas ditas como desviantes. A primeira foi representada pelos higienistas e alienistas do início do século XX – eles centravam as explicações de condutas consideradas socialmente indesejadas na hereditariedade – e a segunda, pela Neurobiologia, Genética e Sociobiologia, que surgem como marco obrigatório de referência a partir das últimas décadas do século XX, caráter que persiste até os dias de hoje. Esta última tem suas formulações baseadas em explicações químicas e neurobiológicas em uma crescente procura por genes específicos, focando na anatomia e fisiologia cerebral, nos feromônios, entre outros aspectos da biologia dos indivíduos, que seriam a causa direta dos comportamentos denominados desviantes, como é o caso da homossexualidade.

Desde a antiguidade até a atualidade, os determinantes do comportamento homossexual têm sido alvo de debates (Menezes, 2005).

Muitos estudos e discursos – médicos, científicos, religiosos, filosóficos – ao longo do tempo, têm construído a idéia da homossexualidade baseada na doença, no pecado, na inversão, na biologia, enfim, em algo que deva ser controlado, reprimido, vigiado e explicado (Ferrari, 2007). A partir dos anos 1980, conforme afirma Caponi (2007), estudos – das Neurociências, da Genética e da Sociobiologia – retomaram as antigas preocupações referidas aos comportamentos dos indivíduos. Neste sentido, foram sendo criadas novas estratégias explicativas, que reiteram muitas das teses do determinismo biológico clássico.

Esses discursos sugerem que em um certo momento do desenvolvimento dos indivíduos ocorra o estabelecimento da identidade de gênero e/ou sexual. No entanto, não é possível fixar um momento que possa ser tomado como aquele em que as identidades sexuais e/ou de gênero sejam estabelecidas (Louro, 1998). Destacamos que embora as identidades sexuais e de gênero, estejam profundamente articuladas, não são a mesma coisa. As identidades de gênero remetem-nos para as várias formas de viver a masculinidade ou a feminilidade e as identidades sexuais estariam relacionadas com as formas como vivemos nossos prazeres e desejos corporais (Louro, 2001). Neste sentido, sujeitos masculinos ou femininos podem ser, também, heterossexuais, homossexuais, bissexuais, etc.

As identidades estão sempre se construindo, elas são instáveis e passíveis de transformação. São construídas por meio da atribuição de diferenças marcadas por relações de poder, sendo a diferença entendida de forma relacional, a partir do reconhecimento do “outro”, daquela ou daquele que não partilha dos atributos que possuímos. Sabemos que, na nossa sociedade, a norma estabelecida e colocada como referência com relação ao gênero, é o homem, heterossexual, branco, de classe média e cristão. Assim, aquelas ou aqueles que não compartilham dessas identidades têm sido nomeadas/os como “diferentes”, objetos de estudo e investigação (Louro, 2005). Neste estudo, não estamos tomando diferença e desigualdade como sinônimos, pois entendemos que não necessariamente o reconhecimento da diferença produz desigualdade.

Neste sentido, El-Hani *et al* (1997) destacam que:

A história das investigações sobre a orientação sexual humana é marcada por tentativas de reduzir sua compreensão a um conjunto muito restrito de fatores causais. Os resultados da pesquisa biológica, infelizmente, não fogem à regra, e dados que parecem indicar [...] uma contribuição biológica são com freqüência interpretados no sentido de uma determinação biológica. (p. 05)

No entanto, neste estudo, entendemos que – conforme anuncia Foucault (1997) – a homossexualidade não é simplesmente uma atividade sexual e ocupação do corpo, mas, sobretudo, discurso, investigação, conhecimento, criação de significados, troca simbólica, enfim, herdeira legítima da vontade de saber.

Considerações finais

(Re)afirmando as diferenças entre os gêneros, as pedagogias culturais – revistas de divulgação científica – fazem um investimento reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordinam, negam ou

recusam outras identidades e práticas (Louro, 2001). Esses discursos, marcados pelo determinismo biológico, mostram de forma naturalizada as preferências, aptidões, habilidades e comportamentos de cada gênero, como se essas fossem características oriundas somente do corpo biológico e dadas *a priori*.

Atribuir às diferenças biológicas impressas nos corpos femininos e masculinos a justificativa para as relações desiguais e a divisão sexual do trabalho produz desigualdades. Cabe, então, enfatizarmos que a constituição do que é dito masculino e do que é dito feminino ocorre em determinado momento histórico, tem lugar a partir da forma como as características sexuais são representadas, considerando o que se pensa e o que se fala sobre elas. (Sabat, 2000)

Cabe destacarmos também o quanto é relevante para educadoras e educadores incorporarem em suas práticas escolares outras representações culturais de corpo que circulam na sociedade. Falar de um corpo que não se simplifica apenas numa matriz biológica – capaz de explicar preferências, habilidades, comportamentos dos indivíduos – mas que está sendo também constantemente produzido na e pela cultura. Para tanto, é importante problematizarmos o quanto pedagogias culturais, como revistas de divulgação científica e programas televisivos, estão vinculadas ao ensino de Ciências e de Biologia, já que, ao falar do cérebro de meninos e meninas, adolescentes, homens e mulheres, também estão construindo esses corpos.

Mesmo que ainda a instituição escolar seja tida, pela maioria dos/das profissionais da educação, como o espaço privilegiado no qual a pedagogia e o currículo estão presentes, faz-se necessário estarmos atentos/atentas para esses outros espaços que estão funcionando como produtores de saberes, conhecimentos, formas de pensar e agir. Abordar outras representações de corpos masculinos e femininos na prática escolar possibilita-nos discutir o quanto tabus, preconceitos acerca dos mesmos são construídos culturalmente e encontram-se engendrados em relações de poder-saber. Nesta direção, devemos olhar as pedagogias culturais como produtoras de um certo corpo de conhecimentos, que vem interpelando os sujeitos, (re)afirmando práticas e identidades hegemônicas. Ou seja, atentarmos de que forma elas têm funcionado como um currículo cultural em que as identidades de gênero são constituídas e o conhecimento é produzido e legitimado por um saber científico.

Este trabalho não pretende negar a existência de diferenças biológicas entre os gêneros, mas discutir e problematizar as chamadas interpretações biológicas, como “invenções”, como construções históricas, portanto, humanas e contingentes, que são produzidas a partir dos “próprios fatos” já imersos em teorias, com valores já carregados de teoria (Haraway, 1991). Ou seja, compreender que os conhecimentos científicos produzidos sobre as diferenças entre mulheres e homens são culturalmente construídos, que não são neutros e que se encontram imersos no contexto cultural e histórico. Que tais discursos, ao falarem sobre anatomia e fisiologia cerebrais dos gêneros, estão, ao mesmo tempo, produzindo e instituindo “verdades” sobre o que é ser homem e o que é ser mulher. Conforme destaca Foucault (2006a), “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de

procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos". (p. 08-09)

Referências bibliográficas

Araujo, E.A. (1999). *Influência das habilidades e das atitudes em relação à matemática e a escolha profissional*. Dissertação de mestrado, Universidade de Campinas.

Baron-Cohen, S. (2007). Engrenagens do cérebro masculino. *Viver Mente & Cérebro Scientific American*, 10, 22-27.

Brito, M.R.F. (1996). *Um estudo sobre as atitudes em relação à Matemática em estudantes de 1º e 2º graus*. Trabalho de Livre docência, Universidade de Campinas.

Caponi, S. (2007). Da herança à localização cerebral: sobre o determinismo biológico de condutas indesejadas. *Physis: Revista da Saúde Coletiva*, 2, 343-252.

Cicerone, P.E. (2005). Os cinco sexos do cérebro. *Viver Mente & Cérebro Scientific American*, 146, 52-55.

El-Hani, C.N. *et al* (1997). Conflitos e perspectivas nas relações entre biologia e cultura. *Interfaces*, 1, 28-39.

Ferrari, A. (2007). O desejo como definidor da homossexualidade. *Gênero*, 2, 151-170.

Fischer, R.M.B. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Caderno Pesquisa*, 114, 197-223.

Foucault, M. (1997). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (2005). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2006). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (2006a). *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola.

Giroux, H. e P. Maclaren. (1995). Por uma pedagogia crítica da representação. En T.T. da Silva y A.F. Moreira (Eds.), *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. (pp.144-158). Petrópolis: Vozes.

Graña, F. (2006). *El sexismo en el aula – Educación y aprendizaje la desigualdad entre géneros*. Montevideo: Nordan Comunidad.

Hanser, H. (2005). Diferentes desde o nascimento. *Viver Mente & Cérebro Scientific American*, 146, 32-39.

Haraway, D. (1991). *Simians, cyborgs, and women*. London: Routledge.

Haraway, D. (2000). Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final d século XX. En D. Haraway, H. Kunzru y T.T. da Silva (Eds.), *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. (pp. 39-129). Belo Horizonte: Autêntica.

Hausmann, M. (2005). Questão de Simetria. *Viver Mente & Cérebro Scientific American*, 146, 40-45.

Herculano-Houzel, S. (2007). Entre iguais. *Viver Mente & Cérebro Scientific American*, 10, 36-41.

Kimura, D. (2007). O poder dos hormônios. *Viver Mente & Cérebro Scientific American*, 10, 06-13.

Kinsley, C.H. e K.G. Lambert. (2006). Sabedoria de mãe. *Scientific American*, 04, 66-73.

Kraft, U. (2005). O poder do feminino. *Viver Mente & Cérebro Scientific American*, 146, 46-51.

Louro, G.L. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes.

Louro, G.L. (2000). Corpo, Escola e Identidade. *Educação e Realidade*, 2, 59-76.

Louro, G.L. (2001). Pedagogias da sexualidade. En G.L. Louro (Ed.), *O corpo Educado: Pedagogias da sexualidade*. (pp. 07-34). Belo Horizonte: Autêntica.

Louro, G.L. (2001a). Sexualidade e gênero na escola. En A. Veiga-Neto et al. (Eds.), *A educação em tempos de globalização*. (pp. 69-73). Rio de Janeiro: DP&A.

Louro, G.L. (2004). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes.

Louro, G.L. (2005). O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. En M.V. Costa (Ed.), *O currículo nos limiares do contemporâneo* (pp. 85-92). Rio de Janeiro: DP&A.

Margolis, J. (2007). Orgasmo: dez segundos de êxtase. *Viver Mente & Cérebro Scientific American*, 10, 28-35.

Menezes, A.B. (2005). *Análise da investigação dos determinantes do comportamento homossexual humano*. En Universidade Federal do Pará. Em: <<http://www3.ufpa.br/ppgtpc/FCKeditor/editor/filemanager/browser/default/connectors/php/File/Teses/ALINE.pdf>>. [Con acceso el 24-07-2008].

Meyer, D.E. (2000). As mamas como constituintes da maternidade: uma história do passado? *Educação e Realidade*, 2, 117-133.

Meyer, D.E. (2003). Gênero e educação: teoria e política. En G.L. Louro, J.F. Neckel y S.V. Goellner (Eds.), *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. (pp. 09-27). Petrópolis: Vozes.

Ribeiro, P.R.C. (2002). *Inscrevendo a sexualidade: discursos e práticas de professoras das séries iniciais do ensino fundamental*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ribeiro, P.R.C. e G.F. Soares. (2007). As identidades de gênero. En P.R.C. Ribeiro (Ed.), *Corpos, Gêneros e Sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar – Caderno Anos Iniciais* (pp. 26-29). Rio Grande: Editora da FURG.

Rohden, F. (2001). *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

Roth, G., M. Lück e D. Strüber. (2007). Intrigas e agressões. *Viver Mente & Cérebro Scientific American*, 10, 72-77.

Sabat, R. (2000). Quando a publicidade ensina sobre gênero e sexualidade. En L.H. da Silva (Ed.), *Século XXI: Qual conhecimento? Qual currículo?*. (pp. 244-261). Petrópolis: Vozes.

Sabat, R. (2001). Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. *Revista Estudos Feministas*, 01, 12-21.

Salvaro, G.I.J. e Testoni, R.J.F. (2006). Gênero, maternidade, trabalho urbano e rural: subjetividades femininas em discussão. *Actas Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: gêneros e preconceitos*, 01-06.

Santos, L.H. dos (2000). Pedagogias do corpo: representação, identidade e instâncias de produção. En L.H. da Silva (Ed.), *Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?*. (p. 194-212). Petrópolis: Vozes.

Santos, L.H. dos (2004). A Biologia tem uma história que não é natural. En M.V. Costa, A. Veiga-Neto *et al* (Eds.), *Estudos culturais em educação: mídia, brinquedo, biologia, literatura, cinema ...* (pp. 229-256). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Scavone, L. (2004). *Dar e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais*. São Paulo: UNESP.

Schwengber, M.S.V. (2008). Educar corpos grávidos: um olhar de gênero sobre a *pais & filhos*. *Actas Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*, 01-13.

Scientific American Brasil (2006). 4, 45.

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 2, 71-99.

Silva, F.F. da e P.R.C. Ribeiro (2006). A constituição das identidades de gênero no espaço escolar. *Actas VI Encontro sobre Investigação na Escola*, 01-03.

Silva, F.F.da. (2007). A produção dos corpos generificados no contexto escolar. En P.R.C. Ribeiro (Ed.), *Corpos, Gêneros e Sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar – Caderno Anos Iniciais* (pp. 30-33). Rio Grande: Editora da FURG.

Silva, T.T. (2000). *Teoria cultural e educação – um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica.

Silva, T.T. (2003). *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica.

Silva, T.T. (2004). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.

Steinberg, S. e J. Kincheloe (Eds.). (2001). *Cultura infantil: a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Viver Mente & Cérebro – Scientific American (2005). 13, 146.

Viver Mente & Cérebro Scientific American (2007). Edição especial, 10.

Weeks, J. (2001). O corpo e a sexualidade. En G.L. Louro (Ed.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 35-85). Belo Horizonte: Autêntica.